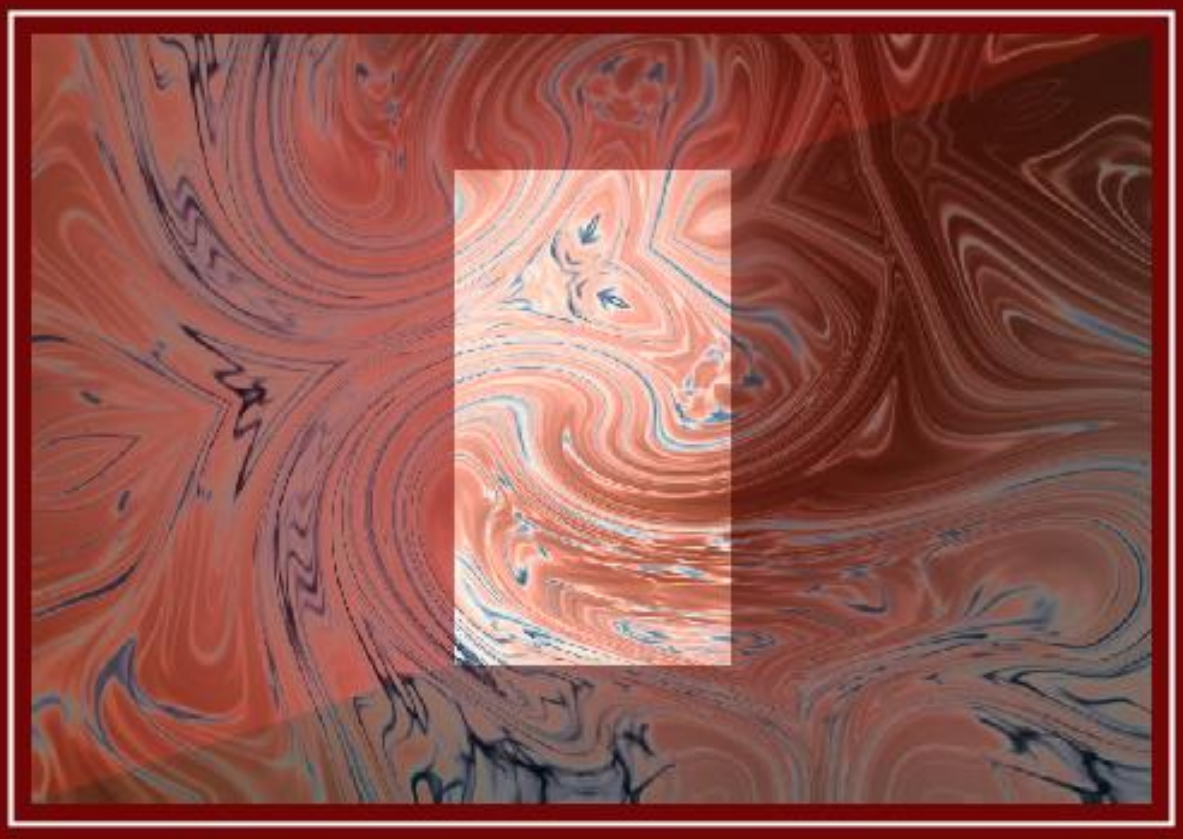
EDUCAÇÃO BÁSICA E O NOVO FUNDEB EM TEMPOS DE PANDEMIA

DEBATES EM EDUCAÇÃO

Márcia Angela da S. Aguiar (Org.)
Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho
Alice Miriam Happ Botler



anpae

Márcia Angela da S. Aguiar (Org.)
Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho
Alice Miriam Happ Botler

EDUCAÇÃO BÁSICA E O NOVO FUNDEB EM TEMPOS DE PANDEMIA

DEBATES EM EDUCAÇÃO

ANPAE

2020

Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação

Presidente

Romualdo Luiz Portela de Oliveira

Conselho Editorial

Almerindo Janela Afonso, Universidade do Minho, Portugal
Bernardete Angelina Gatti, Pesquisadora Senior na Fundação Carlos Chagas, São Paulo
Candido Alberto Gomes, Universidade Católica de Brasília (UCB)
Carlos Roberto Jamil Cury, PUC de Minas Gerais / (UFMG)
Célio da Cunha, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Brasil
Fernando Reimers, Harvard University, Cambridge, EUA
Inés Aguerrondo, Universidad de San Andrés (UdeSA), Buenos Aires, Argentina
João Barroso, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal
João Ferreira de Oliveira, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil
João Gualberto de Carvalho Meneses, (UNICID), Brasil
Juan Casassus, Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Santiago, Chile
Licínio Carlos Lima, Universidade do Minho (UMinho), Braga, Portugal
Lisete Regina Gomes Arelaro, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Luiz Fernandes Dourado, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil
Márcia Angela da Silva Aguiar, (UFPE), Brasil
Maria Beatriz Moreira Luce, (UFRGS), Brasil
Nalú Farenzena, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Rinalva Cassiano Silva, (UNIMEP), Piracicaba, Brasil
Sofia Lerche Vieira, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Brasil
Steven J Klees, University of Maryland (UMD), Maryland, EUA
Walter Esteves Garcia, Instituto Paulo Freire (IPF), São Paulo, Brasil

Sobre a Biblioteca Virtual da ANPAE

A Biblioteca Virtual da ANPAE constitui um programa editorial que visa a publicar obras especializadas sobre temas de política e gestão da educação e seus processos de planejamento e avaliação. Seu objetivo é incentivar os associados a divulgar sua

produção e, ao mesmo tempo, proporcionar leituras relevantes para a formação continuada dos membros do quadro associativo e o público interessado no campo da política e da gestão da educação.

Ficha Catalográfica

Ag282ed

Educação básica e o novo Fundeb em tempos de pandemia / Márcia Angela da S. Aguiar (Organizadora), Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Alice Miriam Happ Botler. (Meio Eletrônico) - Brasília: Anpae, 2020.

E-book, Formato PDF, 56 páginas

ISBN: 978-65-87561-04-2

1.Educação 2. Educação Básica 3. Fundeb. I. Aguiar, Márcia Angela da S. II. Araújo Filho, Manoel Gomes de. III. Botler, Alice Miriam Happ. IV. Título

CDD 372 CDU 37.046.12/14/49

Todos os arquivos aqui publicados são de inteira responsabilidade dos autores e coautores. Os artigos assinados refletem as opiniões dos seus autores e não as da ANPAE, do seu Conselho Editorial ou de sua Direção.

@npae

Associação Nacional de Política e Administração da Educação

Fundação Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Campus Universitário Darci Ribeiro, Asa Norte, Brasília, DF 70410-900

anpae@anpae.org.br – publicacao@anpae.org.br - http://www.anpae.org.br

Serviços Editoriais - Planejamento gráfico, capa e editoração eletrônica:
Carlos Alexandre Lapa de Aguiar. - carlosaguiar48@gmail.com

Distribuição gratuita.

DEDICATÓRIA

Dedicamos este livro a todos os profissionais da Educação Básica brasileira, em especial da escola pública e suas organizações sindicais, que se empenharam na luta pela aprovação do novo Fundeb, finalmente, tornado permanente. Uma vitória ímpar na atual conjuntura sombria de desvalorização do ensino público, da profissão docente e do desmonte de estruturas da educação pública, gratuita e democrática. Considerando a aprovação do novo Fundeb, com financiamento crescente, até 2026, ressurge a esperança de que nem tudo está perdido, a esperança de continuidade dos esforços de todos os setores da sociedade pelo direito à educação de qualidade social, laica, gratuita e democrática.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Sintepe, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, na figura de seu presidente José Fernando de Melo, pelo apoio valioso à efetivação da programação de seminários temáticos (lives) promovidos pelo Fórum Estadual de Educação de Pernambuco (FEE-PE) em articulação com a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e o Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (CE/UFPE). Um agradecimento especial a Jônatas Domingos Barbosa Campos, assessor de imprensa, Jefferson Pereira da Silva Costa e intérpretes de Libras pelo apoio técnico.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7
Márcia Angela da S. Aguiar

DEBATE 11
Márcia Angela da S. Aguiar
Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho
Alice Miriam Happ Botler

ANEXO I 30
Trajetória do novo Fundeb no Senado

ANEXO II 40
Manifesto da CNTE sobre
rebaixamento do custo aluno pelo governo
Bolsonaro

ANEXO III 45
Nota pública do FNPE ao substitutivo do
Fundeb

ANEXO IV 49
Currículo dos debatedores

ANEXO V 53
Cards originais da luta pelo Fundeb

APRESENTAÇÃO

O início do ano 2020 foi marcado por uma grave notícia que deixou o mundo em alerta: na Província de Wuhan, na China, havia sido detectado um vírus desconhecido com terrível poder de transmissão entre os humanos. De fato, rapidamente, o denominado Coronavírus COVID-19 logo mostrou sua periculosidade deixando atrás de si um rastro de mortes, angústias e aflições no planeta. O Brasil também tem enfrentado essa calamidade pública, desde final do mês de fevereiro, perfazendo, ao final de novembro de 2020, mais de seis milhões de pessoas infectadas e cerca de 173 mil óbitos.

Não bastassem as consequências dramáticas relativas à saúde pública, a ausência de uma coordenação federativa que minimizasse as perdas de inúmeras vidas, associada às práticas negacionistas de figuras públicas da República que agravam com declarações e atos inconsequentes o sofrimento da Nação brasileira, ainda, convive-se com uma crise econômica que aprofunda as desigualdades sociais e lança no desemprego mais de 14 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

O setor de educação também tem sofrido os impactos dessa situação, com as escolas e universidades cerrando as portas e tendo que improvisar soluções para manter o vínculo com os milhares de estudantes que tiveram que permanecer em situação de isolamento social ao longo do ano.

A ausência de ações efetivas coordenadas pelo governo federal levou a sociedade civil organizada e muitas instituições de ensino superior, particularmente as universidades públicas, a estabelecerem agendas propositivas buscando contribuir para amenizar os efeitos dramáticos da pandemia no campo educacional.

Nessa perspectiva, o Fórum Estadual de Educação de Pernambuco, vinculado ao Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), desde 2016, quando, após o

impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o governo do presidente Michel Temer alterou a configuração do Fórum Nacional de Educação, tomou a iniciativa de organizar, sob a forma de lives, um Programa de Seminários com a temática Educação Básica em Tempos de Pandemia abordando assuntos de interesse dos educadores e educadoras nesse momento crucial da vida nacional, sobretudo, da Educação Básica que tem vivenciado situações muito difíceis no tocante à formação, ao plano de carreira e aos salários.

Para tal empreendimento, o Fórum Estadual de Educação de Pernambuco contou com o apoio de uma das representações que o constituem, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco – Sintepe, que disponibilizou a logística necessária à implementação dessa significativa ação do FEE-PE. Ao mesmo tempo, o Fórum contatou outro apoio institucional importante: a Universidade Federal de Pernambuco, também membro deste colegiado, mediante a contribuição das direções do Centro de Educação campus Recife e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Além desses apoios permanentes, os seus integrantes têm participado efetivamente dessa programação. Desse modo, são organizadas inúmeras lives, com periodicidade semanal, contemplando temas educacionais diversificados e com excelente audiência, conforme evidenciam os números de acessos, seja nos momentos de realizações ou posteriormente. As lives são reproduzidas pelos canais de youtube e facebook.

Pontos de destaques nessa programação têm sido as presenças de renomados estudiosos do campo educacional, bem como de representantes de associações científicas, como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPed), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), e entidades sindicais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Sindicato do Profissionais da Educação de Jovens e Adultos (Sinproja).

Dada a repercussão positiva desses seminários e a relevância dos temas tratados, em uma circunstância histórica de excepcionalidade, o Fórum Estadual de Educação de Pernambuco (FEE-PE), junto com a ANPAE-PE e o Centro de Educação/UFPE, tomaram a iniciativa de efetivarem um registro dos seminários ocorridos, mediante a exposição dos conteúdos abordados consubstanciados em uma publicação eletrônica.

Assim, este e-book reúne as falas dos participantes da live FUNDEB em tempos de pandemia, das professoras do Centro de Educação da UFPE, Márcia Angela Aguiar e Alice Botler, bem como do professor e presidente da CNTE Heleno Araújo. Nos anexos, são apresentados vários documentos relativos ao debate sobre o Fundeb.

O professor Heleno Araújo foi o principal especialista no tema central da live, tendo em vista a sua destacada atuação em instâncias diretamente envolvidas com o tema do financiamento da educação, como a CNTE e o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). O diálogo envolveu a professora Alice Botler que direcionou questões ao expositor do tema e a professora Márcia Aguiar que conduziu o debate.

Recife, 30 de novembro de 2020

Márcia Angela da S. Aguiar

EDUCAÇÃO BÁSICA E O NOVO FUNDEB EM TEMPOS DE PANDEMIA

Márcia Angela da S. Aguiar (Org.)
Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho
Alice Miriam Happ Botler

EDUCAÇÃO BÁSICA E O NOVO FUNDEB EM TEMPOS DE PANDEMIA[1]

Márcia Angela da S. Aguiar
(FEE/ PPGE-UFPE)
Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho
(CNTE-FNPE)
Alice Miriam Happ Botler
(PPGE-UFPE)

O NOVO FUNDEB EM DEBATE

Márcia Angela Aguiar – Inicialmente, eu quero cumprimentar a cada um de vocês que se encontra neste espaço virtual, bem como agradecer a participação da Professora doutora Alice Botler, vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e, do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e membro da Coordenação do Fórum Nacional Popular de Educação – FNPE, professor Heleno Araújo. Como sempre uma honra encontrá-lo, novamente em mais uma live. Também temos aqui a presença de Jefferson Pereira da Silva Costa, intérprete de Libras, e o indispensável apoio de Jônatas Domingos Barbosa Campos, Assessor de Imprensa que nos proporciona o suporte técnico necessário para a realização desse evento, ambos do Sindicato dos

[1] Live realizada no dia 21 de julho de 2020, promovida pelo Fórum Estadual de Educação de Pernambuco e a Associação Nacional de Política e Administração da Educação – Anpae/PE, com apoio do Sintepe e do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Trabalhadores em Educação de Pernambuco – Sintepe. Agradecemos muito esse apoio do Sintepe na pessoa do seu presidente José Fernando de Melo. Estamos realizando a sexta live da programação do Ciclo de Debates do Fórum Estadual de Educação de Pernambuco, instância que congrega mais de trinta associações científicas, instituições da educação básica e superior e entidades sindicais do estado de Pernambuco, e que debatem assuntos relevantes para a educação. Hoje, o foco é Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Fundeb.

Como sabem, o Fundeb é “um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica” (https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb).

Quando a coordenação do Fórum efetivou o convite ao professor Heleno Araújo para participar deste encontro na presente data, o objetivo era que fizesse um relato a respeito da aprovação do Fundeb prevista para 22 de agosto de 2020. Não havia, naquele momento, a expectativa que a live do Fórum ocorresse no dia 23 de agosto, sob uma forte tensão, tendo em vista os problemas no processo de aprovação do Fundeb na Câmara Federal. De fato, esta live acontece nesse momento em que se discute o Fundeb e o governo federal tenta procrastinar e deformar o projeto original. Enfatizamos, então, o pressuposto do Ciclo de Debates promovido pelo Fórum: “educação é um direito”. E, hoje, o ponto central nessa discussão é, exatamente, a questão da Educação como direito e o que representa o Fundeb para a sua materialização. Então, professor Heleno, aguardamos uma análise sobre os últimos acontecimentos concernentes ao Fundeb, sobretudo pela sua participação destacada nesse grande embate em torno do financiamento da Educação Básica que acontece, em Brasília, no Congresso Nacional. Esta live está sendo visualizada por grande número de professores e pesquisadores de todas as regiões do país e conta ainda com

a audiência de estudantes da pós-graduação em educação da UFPE e dos pesquisadores do Observatório de Política e Gestão da Educação dessa universidade.

Heleno Araújo - Boa tarde Márcia! Boa tarde Alice! Boa tarde Jefferson! Jonathan que está aí na retaguarda. Boa tarde a todas as companheiras e companheiros, estudantes que estão nos acompanhando nessa live do Fórum Estadual de Educação de Pernambuco. É um prazer estar aqui mais uma vez, dialogando e conversando. Eu deixei a Márcia bastante preocupada aqui no início, pois estava numa reunião da direção da CNTE, já com a demanda do Fundeb e não estava parecendo que a hora estava passando (risos). É uma loucura...

Antes da Pandemia, o debate sobre a aprovação do Fundeb estava caminhando. A Comissão Especial conseguiu fazer o debate, fazer a discussão, e a próxima sessão da comissão especial que trata da PEC 15/2015 que tem a Profa. Dorinha[2] como relatora e presidida pelo Deputado Bacelar, do Podemos da Bahia, já ia entrar no processo de votação e nesse momento entramos na pandemia. Nesse isolamento social devido à Covid-19, os trabalhos no Congresso Nacional estão sendo virtuais, à distância. Poucos estão frequentando o plenário do Congresso Nacional em Brasília e as comissões daquela casa não estão funcionando. Poucos estão trabalhando, as votações estão paralisadas. Só estão sendo votados temas emergentes, temas urgentes através de votação à distância. O Congresso Nacional está quase paralisado por conta da pandemia.

O Fundeb volta à cena por se tratar de um tema urgente, uma política que tem encerramento em dezembro de 2020 e, se não for renovado, as escolas públicas fecharão as portas, as prefeituras, talvez os governos de estado não tenham tanta dificuldade, mas, principalmente, as prefeituras de 4810 municípios terão dificuldades de honrar uma folha salarial, de manter as escolas abertas. É uma situação emergencial e, por ser emergencial, desde maio, o presidente da Câmara Federal deputado Rodrigo Maia diz que ia pautar diretamente no plenário a votação do Fundeb. Sem precisar passar

[2] Professora Dorinha Seabra Rezende, deputada do DEM-TO, relatora do projeto de Lei do Fundeb.

pelo voto na comissão especial. Aconteceram várias reuniões com as lideranças de partidos buscando um texto que fosse de consenso. O trabalho foi realizado, em maio estava prevista na pauta e logo passou maio, ele prometeu 23 de junho e no dia 23 de junho diz que nas próximas duas semanas, passadas duas semanas ele prometeu no 14 de julho, chega 14 de julho, empurrou para 20 de julho, chegando 20 de julho foi empurrado para 21 de julho. Esperamos que hoje entre na pauta de votação, pelo menos ontem entrou na pauta do Congresso Nacional para debate.

Vários parlamentares fizeram o debate ontem à noite e, hoje, a ideia era conseguir continuar o debate e entrar na pauta de votação. Por que ele segurou esse processo? Não havia diálogo com o Ministro de Educação. Ministro não, a pessoa que estava no Ministério da Educação brigando com todo mundo e sem trabalhar para a educação do nosso país. Rodrigo Maia tomou a decisão de não conversar com essa pessoa e tomou para si a tarefa de aprovar o Fundeb independente do governo. E aí começou a fazer as tratativas com a Comissão, mas, o próprio Rodrigo Maia foi reduzindo o relatório da Professora Dorinha que previa 40% do pacto para União, e ele não concordou, passou para 20 e os detalhes que ele foi mexendo: impôs dois e meio por cento dos recursos para se distribuir pela meritocracia, pelo desempenho, dos municípios e estados, o que é equivocado. Essa ação vai na contramão do objetivo do Fundeb, que é reduzir as desigualdades sociais, reduzir as desigualdades educacionais. E para conseguir esse objetivo, tem que ter mais investimento. Isso é o que mais se precisa. Quando se faz a política educacional pela meritocracia, se faz o inverso, e quem mais tem, mais ganha, então isso vai na contramão da ideia do Fundeb. Para completar, colocou dentro das despesas do Fundeb o salário-educação, dinheiro que é previsto para educação mesmo. No final, ele tirou isso aí, tirou o salário educação do texto.

Nesse momento entra a ideia de Paulo Guedes, do Partido Novo, dos privatistas de querer colocar voucher dentro do Fundeb.

Manteve as outras características e, no dia 10 de julho, fez a leitura do relatório

Depois do dia 10 de julho, foi uma loucura! Paulo Guedes começou a investir junto com seus parceiros em artigos nos jornais de grande circulação no país batendo no Fundeb. Não tinha que ter Fundeb, tinha que se repetir o que tem aí, que não tinha que ter recursos para pagar salário de profissionais até chegarmos ao absurdo do Partido Novo que tem apenas oito deputados federais, todos contra o Fundeb, contra educação pública. O argumento do primeiro que se pronunciou, ontem, foi o seguinte, "eu recebi um monte de mensagem na minha caixa postal meu WhatsApp; é uma pressão muito grande, mas nenhum falava em defesa da educação, nenhum falava no cuidado no aluno aprender porque as falas são muito corporativista". Então, o Partido Novo está querendo tirar 70% da vinculação para salários, não tem que ter, tira sob a desculpa de valorizar a aprendizagem no ensino fundamental. Para quê ter o custo aluno-qualidade; tira também; ora o custo aluno qualidade trata do aluno, tira, o Novo quer retirar a vinculação para educação, tira também, os trabalhadores. Vai ficar quem no Fundeb? Nesse momento entra a ideia de Paulo Guedes, do Partido Novo, dos privatistas de querer colocar voucher dentro do Fundeb.

Eles querem dinheiro público para colocar em escola privada. Essa é a lógica que está por trás desse processo. Até agora estavam na disputa desses novos recursos, até o presente momento! Márcia, Alice, e todos que nos acompanham, a relatora disse o seguinte, “olha, vamos tentar uma coisa, tentar evitar destaque no relatório para ser aprovado: a gente garante que no mínimo que 70% de recursos é para salário dos profissionais da educação”. Os novos recursos que forem entrando daqui para a frente, no mínimo 15%, é para custeios e investimentos. Eles dizem o tempo todo que o dinheiro é gasto com pessoal e não tem investimento, não tem custeio. Essa foi a redação que ela fez para tentar negociar com os partidos e tentar colocar na pauta o mais rápido possível. Por tudo isso temos que manter a pressão para ver se a votação acontece.

Márcia Angela Aguiar - De fato, é uma situação extremamente complicada, difícil, mas, reflete os problemas que estamos enfrentando no país. Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, há um retorno à República Velha, do mandonismo, do clientelismo e do coronelismo. São iniciativas dessa natureza, conforme seu relato, que fragilizam os esforços para assegurar os direitos sociais, com um parlamento onde os interesses empresariais se sobrepõem aos legítimos interesses do povo brasileiro. É isto que estamos observando hoje.

Passo a palavra a colega professora Alice Botler para trazer suas considerações a respeito da política educacional e aproveito para fazer algumas provocações: essas tentativas de mudanças do projeto original do Fundeb obedecem a que interesses? Quem está defendendo a alteração dos percentuais de recursos concernentes à remuneração de professores? Quem fala de custeio e investimento? O que significa isto diante da situação das escolas, no Brasil, e, particularmente, aqui em Pernambuco, nas redes públicas? Como você percebe essa conjuntura?

Alice Botler – Começo agradecendo a Márcia Ângela pelo convite, sempre promovendo debates e valorizando as pautas da política educacional contemporânea. É com muito prazer que estou aqui com Heleno, trocando ideias e trazendo questões importantes para a reflexão. A Jefferson também meu muito obrigada.

Eu, na verdade entrei nesse debate, por conta de um trabalho que nós estamos fazendo no Programa de pós-graduação em Educação da UFPE sobre temas atuais em pleno contexto da pandemia. Essa realidade que nós estamos vivendo parece mais propícia ao governo, que apresenta essa proposta em cima da hora, justamente no momento em que estamos mais desmobilizados. Não sei se estamos. Então, eu acho que as redes sociais estão se mobilizando, inclusive muitas lives estão acontecendo. Elas mostram que o debate educacional está esquentando e o meu lugar aqui, muito mais do que falar, é o de escutar as novidades que o Heleno teria para nos trazer e refletir a respeito, com questões para ampliar o debate. Acho que ele tem mais elementos ainda para explorar, mas o que eu fiz foi tentar buscar algumas questões, elaborar outras para a gente debater aqui. Então,

o primeiro elemento que eu gostaria de colocar, já tematizado por Márcia também, é que a Constituição Brasileira, desde 1988, já determinava a vinculação dos recursos das diferentes esferas administrativas para efetivação da tal qualidade da educação pública. Também desde os anos 80 que está claro que o problema do acesso à escolarização pela quase totalidade da população brasileira havia sido resolvido, e que o centro da atenção no tocante à educação, deveria ser mesmo referente à qualidade da educação.

O que está em jogo nesse debate é a retirada de recursos da educação para a área social, abordagem que eu entendo como bem populista e que também não é nova. Como acabou de dizer Márcia, essa política não é nova, já que desde 2007 implantou-se um novo formato de financiamento para a educação através do Fundef, que se transformou depois no Fundeb. O Fundo, atende toda Educação Básica com o objetivo de aumentar o volume e redistribuir os recursos federais destinados à educação pública visando sua qualificação. É a este respeito que eu queria trocar algumas ideias.

Pode-se afirmar que esse projeto de governo tem a intenção de tornar a educação pública menos qualificada do que a educação privada.

O Fundo, supostamente, pretende também reduzir a distância entre municípios mais ricos e municípios mais pobres. O país avançou nesse período todo, desde os anos 80, na formação de professores, na melhoria de salários, ajudou na ampliação das matrículas, especialmente da educação infantil. Hoje, o dado que se tem é que cerca de 35% das crianças da faixa etária adequada estão matriculadas nas creches e a quase totalidade em pré-escolas, o que representa um avanço. Tudo isso coloca as três esferas de governo em conjunto nas iniciativas de caráter educacional e mobiliza a

sociedade na decisão de efetivar a melhoria da qualidade da educação brasileira.

A qualidade, em qualquer contexto, implica uma ideia de comparação. Eu posso dizer que um objeto tem qualidade se as suas características permitem afirmar que ele é melhor do que outros que não as possuem ou não no mesmo grau. Podemos então dizer que este, que eu vou chamar de "projeto de governo" - porque isso não é ausência de um projeto, mas é um projeto de governo de desmonte do estado brasileiro - este projeto de governo, tem a intenção de tornar a educação pública cada vez menos qualificada do que a educação privada. Como Heleno enfatizou, faz parte de um projeto de privatização. Com certeza podemos colocar nesses termos. Então eu faria uma primeira pergunta para o Heleno, mas fica aqui como reflexão: o que é preciso para alcançar a melhor qualidade na educação e o que seria uma educação "ideal" em temos da realidade do nosso país? E quanto ao seu financiamento, de quanto é que estaríamos tratando?

...desde o golpe as despesas com educação vêm recuando apesar do Brasil gastar 5% do PIB

Além disso, também queria lembrar que foram cerca de 110 audiências públicas para o debate sobre a proposta do Fundeb, já há bastante tempo, entretanto só agora o governo lança sua proposta substancialmente diferente daquela que foi discutida. É possível relacionar essa proposta para o Fundeb, apresentada em cima da hora para a Câmara, com o que ocorreu com a LDB 9394/96, e o substitutivo apresentado em cima da hora? Quais as semelhanças e quais as diferenças?

Outro aspecto que sugere questionamento é o seguinte: em se tratando da aprovação da proposta apresentada pela professora Dorinha que perspectiva se tem para as escolas brasileiras a partir do Fundeb aprovado? Como a nova proposta do Fundeb reverberaria nas escolas num sentido

afirmativo? Temos discutido muito isso na academia, mas não é fácil encontrar respostas.

Por fim, para fechar com mais uma questão para reflexão, lembro que desde o golpe, as despesas com educação vêm recuando, minguando. Apesar de o Brasil gastar 5% do PIB com o setor educacional, ainda é um dos países que menos investem nessa área. A proposta do governo mistura educação com assistência social. A curiosidade que atinge a muitos é sobre qual o destino dos recursos da educação? Para onde vai o dinheiro do governo federal, que não chega na educação? O que isto significa? Estou trazendo esse assunto para o debate já que vivemos num contexto em que se observa a ausência de um Ministro da Educação por tanto tempo. Qual a dimensão do prejuízo que significa o intento de um projeto de governo de desmonte do Estado?

Tais questões foram apresentadas para fomentar o debate e as palavras tão bem colocadas por Heleno e Márcia e fico na expectativa de escutar as reflexões a esse respeito.

Márcia Angela Aguiar. - Está bom, Alice. Muita gente escutando, com bastante atenção! Então, vamos às considerações de Heleno quanto à pertinência do cenário exposto por Alice. Estou visualizando no chat o professor João Oliveira da Universidade Federal de Goiás, ex-presidente da Anpae, que pergunta "se há risco da reforma tributária alterar posteriormente o Fundeb?" Esse tema é extremamente atual e preocupante, pois, que reforma tributária será essa? Outra pergunta de Neide Menezes: "Como garantir que o Fundeb não sofra frequentemente com as flutuações dos governos?" Então, com a palavra, novamente, Heleno.

Heleno Araújo - Como Márcia disse, tem muita gente boa de todo o Brasil nos acompanhando, eles podem me ajudar a tratar desse tema, Alice. Eu acho que o João Ferreira, que já escreveu que no relatório da Dorinha está garantido custo aluno-qualidade. Conflui nessa primeira questão que Alice levantou, o que fazer para alcançar

essa qualidade. Foi boa essa pergunta, foi bom saber que o João Ferreira está nos acompanhando. Porque João Ferreira participou de um fórum nacional de educação e ficou responsável por coordenar um GT dentro do fórum para pensar um projeto de lei para o Sistema Nacional de Educação. Então, isso aí é uma lacuna em nosso país. Um dos motivos que impede alcançar essa qualidade que Alice lembrou bem ~~aqui~~ quando nós tivemos, agora, dia 24 de julho a comemoração dos 26 anos do Plano Nacional de Educação. Vim tentando fazer essas falas, falas resumidas agora, em lives de 7 minutos, 10 minutos. Eu tentei dizer o seguinte, se 2014 até 2020 conseguíssemos fazer o que foi perguntado pela Neide, que de fato o Plano fosse uma política de estado e não de governo, na medida em que os governos fossem mudando, os governos eleitos fossem dando continuidade a essas políticas, independente de ideologias, em 2020 era para estarmos em outros cenários, em termos de qualidade na educação em nosso país. Desde 2016, deveríamos ter a lei do Sistema Nacional de Educação já aprovada, as leis de Gestão Democrática em cada município, em cada Estado e no Distrito Federal, a lei do Plano de Cargo e Carreira unificado para todo o país, a Lei do Piso Salarial do Magistério Público para todos os profissionais da educação, o custo aluno-qualidade regulamentado, também, nesse processo e agora em 2020 a equiparação salarial da média salarial do professor em relação aos profissionais de mesma formação.

Imagina se você tivesse concretizado isto que está no Plano Nacional de Educação, você caminhava de fato em buscar essa qualidade que nós queremos. Evoluiríamos para ótimos indicadores, ajudando na construção de pontos fundamentais que é diálogo social, que é participação social que foi representado na CONAE 2010 e na CONAE 2014. No entanto, tivemos o golpe em 2016 e junto com o golpe essa última questão que Alice levanta, a Emenda Constitucional 95 que diz que até 2036 não haverá novos investimentos em educação em nosso país. Então, como o Brasil que precisa melhorar a educação dos que frequentam a escola pública e precisam dela quando oitenta milhões estão fora dela e precisam voltar para garantir seu direito?

Você disse que não vai ter novos investimentos, não vai ter novos profissionais, novas estruturas, então, de fato é para radicalizar nessa luta

que é o direito â educação que tanto sonhamos. Mas temos hoje um governo que não apresentou um programa para educação, apresentou slides dizendo que ia manter a Emenda 95 e slides, basicamente, para atacar professores, atacar a educação pública e, concretamente, depois de um ano e meio, é isso que está acontecendo, que é isso que Alice falou.

Como você vai trabalhar a perspectiva de um ano e meio de governo sem ministro de educação? Porque não tivemos ministro de educação até agora. Um passou três meses e não fez nada, outro um ano e pouco e não fez nada, outro que durou cinco dias nem tomou posse, outro que tomou posse e já adoeceu, estava com Covid e foi afastado. Todo esse tempo sem Ministro de Educação, sabendo-se que o MEC é o responsável por coordenar toda a política educacional entre os entes federados.

Se você não tem a coordenação do Ministério de Educação, que é o espelho do Presidente da República, não tem presidente nesse país, não tem quem coordene as ações, por isso que a Covid está matando muita gente! O mesmo acontece, infelizmente, com a educação, isso que relatei no início, da entrada do governo para atrapalhar o relatório da Dorinha feito pelo Ministro da Economia. O Ministro da Economia foi lá e diz: não corta aqui, tira ali, não quero regulação, bota voucher, pra que? Porque tem Fundeb, esse Fundeb é para 2022. É um descaso completo esse processo. Então, quando Alice pergunta da proposta do governo que chegou em cima da hora o que tem de semelhança e o que tem de diferença? Semelhança nenhuma, diferentes são muitos porque na verdade ele queria acabar, descaracterizar o Fundeb. É essa a batalha que travamos durante toda a semana para chegar na votação.

Mas temos hoje um governo que não apresentou um programa para educação, apresentou slides...

Votando essa semana, qual a perspectiva? A perspectiva é... só para dar valores assim em números, o que tem hoje, quando a união participa com, no mínimo, dez por cento de complementação do Fundeb estaduais,

temos uma complementação para nove estados, sete aqui do Nordeste e dois no Norte do país. Chegando em 2027 com vinte por cento de participação da União, vamos atender a 23 estados. Já se percebe a diferença nesse processo da importância e dessa perspectiva de avanço do Fundeb. É aquilo que a gente fala: a União que arrecada mais tem que participar mais. Se o relatório original que apontava a participação de, no mínimo 40% da União, foi executado, a gente teria todos os 26 estados complementados e mais o Distrito Federal. Ou seja: a União estaria presente em todo o Brasil, ajudando da creche ao ensino médio, as modalidades da Educação Básica, o que é preciso em cada estado, pois não tem a qualidade que sonhamos como garantir infraestrutura adequada, biblioteca em todas as escolas, quadra de esportes, laboratórios. Os profissionais, no mínimo, com seu salário médio igual a outros profissionais com a mesma formação. Então, você teria em todo o país esta perspectiva positiva de avanço na qualidade da educação. Nós ajudamos a construir uma política que está consolidada no Plano Nacional de Educação, mas, essa elite do dinheiro, que concentra renda em nosso país, quer explorar o povo para concentrar mais renda. Deram um golpe e estão ainda golpeando, como está o governo Bolsonaro, querendo golpear para evitar que esse direito à educação chegue para todos e para todas deixando continuar nosso povo carente necessitando de tudo. Acreditar que foi Bolsonaro que deu seiscentos reais pelo socorro emergencial, que não era isso que ele queria passar e sim duzentos reais. Alguns partidos do campo da esquerda propuseram um mil e duzentos reais e fechou na metade seiscentos reais. Foi o Congresso Nacional que aprovou, e não Bolsonaro.

Andando pelo Recife, eu não ando muito, pois, estou isolado, mas, saí agora há pouco e me deparo com gente agradecendo ao presidente pelo auxílio emergência. É absurdo, é fazer o povo de tolo, é ouvir esses ministros, ouvir esse presidente. Por isso temos que investir mais na educação, ver o nosso povo preparado, entendendo, que não somos tolos, entendendo onde se quer chegar e vamos ter a resposta necessária, espero que antes de 2022. O impeachment aconteça antes, que ele saia antes, mas, se não conseguir, que o povo esteja preparado para em 2022 botar essa gente para correr.

Márcia Angela Aguiar - Heleno, você e Alice abordam questões fundamentais: a ausência de articulação das políticas governamentais. Isto se tornou mais visível no momento dessa calamidade pública que é a pandemia do coronavírus COVID-19. Se há por parte desses setores o desrespeito à vida, também existe o desrespeito à educação. Trata-se de uma perspectiva antagônica ao Estado democrático de direito. Nesse sentido, estamos vivenciando um período extremamente difícil como sinalizam algumas pessoas no chat. Marcos José indaga “por que na origem o Fundeb não foi permanente?”. Esta questão está próxima à outra sobre a participação social. Sugiro que Heleno, ao responder, situe a origem do Fundeb, a possibilidade de participação social e, também, a luta coletiva para aprovação do Fundeb. Nosso colega da UFPE, campus do Agreste, o professor Janssen Felipe também formula uma questão: "como está a mobilização das instituições e da sociedade civil em função do Fundeb?”. Outras questões dizem respeito à qualidade da educação no Fundeb. Uma síntese dessas questões aponta para a necessidade de uma rede de relações federativas mais efetiva que reconheça os direitos sociais como uma questão relevante. Por fim, pergunto se Alice deseja fazer algum questionamento, tendo em vista o horário de encerramento da live e a necessidade de liberar Heleno que tem compromissos urgentes.

Então está claramente demarcado aí que projeto é esse?

O desmonte do Estado e de toda maneira o beneficiamento da privatização em detrimento daquilo que a gente tem, que nos é tão caro, a educação pública

Alice Bottler - Ok! Só para fechar então dizer que esta questão do financiamento na verdade se relaciona com o projeto de governo. Então está claramente demarcado aí que projeto é esse? O desmonte do Estado e de toda maneira o beneficiamento da privatização em detrimento daquilo que a gente tem que nos é tão caro, a educação pública Eu particularmente vindo da escola eu trabalhei com educação infantil trabalhei com ensino fundamental há muitos anos atrás e eu falo sempre pensando no chão da escola eu fico pensando o que acontece como repercussão desse desmonte no cotidiano de tantas pessoas tantas crianças, adolescentes, jovens que vão ficar, vão ficando cada vez cada vez mais em desatenção né então eu acho que a qualidade ela na verdade diz respeito a um projeto um projeto de educação de uma nação é um projeto muito mais todos eles os componentes que a gente vem colocando aí diz respeito não apenas a financiamento mas a formação de professores da salário de professora estrutura física das escolas ao tempo integral para a maioria das Crianças enfim a congruência de diversos ações em um projeto de educação do qual nós estamos carecendo. Nós temos esse projeto, esse projeto vinha crescendo e nesse momento a gente sente o desmonte então a gente sente muito por isso, estamos aqui na torcida e a votação deve estar acontecendo, a gente está ansioso para acompanhar o que está acontecendo lá na Câmara e vamos seguindo adiante com muita força, muita energia para continuar vivendo e lutando. Então é isso, muito obrigada Márcia pelo convite. Obrigado Heleno e todos que participaram dessa Live.

Marcia Angela Aguiar – Muito obrigada, Alice. Antes de passar a palavra para Heleno vou só ler rapidamente algumas questões no chat. Camila diz: "não temos ministro da educação; só inimigos da Educação. Essa ignorância está ficando muito cara à sociedade brasileira. O preço: são as vidas". "O desgoverno é nefasto". Raimundo: "após pressão do governo, o Centrão, vulgo, Direitão, tenta adiar a votação do Fundeb; partidos aliados ao governo apresentam requerimento para retirar o tema da pauta". Luciene: "parabéns pelos esclarecimentos, Heleno. Parabéns para você e para Alice". Lucivânia: "bota esse povo para correr". "Vamos, Heleno, juntemos força" diz Célia Santos.

João Oliveira: “Heleno, qual o argumento principal de determinados grupos e do governo para tirar PAP? O Fundeb reforça a vinculação de recursos para educação. Se aprovado inviabiliza outra peça que tramita no congresso que junta dinheiro da Saúde e da Educação”. De Horácio Reis vem um último comentário: “O governo federal quer um Fundeb assistencialista, especialista, simulador da iniciativa privada e subordinado à PEC 95. Vão fazer de tudo para só aprovar junto da reforma tributária. Absurdo!”. Passo, de imediato, a palavra a Heleno.

Heleno Araújo - Muito bem Márcia você me convidou para participar de uma live para o Fórum Estadual de Educação de Pernambuco, mas esta live é nacional, muita gente de fora, o Brasil todo presente, bom demais! Vejo a Leda Scheibe presente, a nossa editora da revista Retratos da Escola, indica aí para leitura, para reflexão, é importante. O Marco perguntou: “por que o Fundeb não virou permanente na origem?”

Precisamos lembrar o seguinte: o Fundeb é uma subvinculação e uma parte fica retida para redistribuir. Para fazer o que chamamos regime de colaboração, de cooperação entre os entes federados. Tem um custo-ano de alunos e quem fica abaixo tem uma ajuda para complementar. Esse regime de colaboração entre os entes federados foi uma política pensada lá em 1994 e que Fernando Henrique Cardoso transformou no Fundef e já contava com dez anos de existência só para o ensino fundamental.

Agora quem chegou no debate depois de 2016, quem está aí mandando, acha que é jogar dinheiro fora, acha que trazer a participação social é desperdiçar recursos.

Na segunda experiência do Fundeb (2006) como uma política que pudesse trazer transparência de recursos públicos e alcançar uma maior participação social do processo. Veja que o parágrafo 5º do artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, ou seja, antes do Fundef e Fundeb, dizia que os recursos da educação devem ser

geridos pelas Secretarias de Educação e a cada 10 dias tem que sair da conta única do Estado e ir para Educação. Isso daria transparência da utilização desses recursos. Quanto aos recursos do Fundeb, temos essa transparência. Se o Prefeito não quer dar as informações, o secretário de educação não quer dar essas informações, então vamos ao Tesouro Nacional ou no Banco do Brasil e ali se sabe quanto chegou em cada município, em cada estado. Acredito que essa temporalidade colocada para o Fundeb foi para consolidar uma política permanente de transparência, de boa utilização dos recursos de fato, para valorizar os profissionais e garantir o acesso à educação. O Fundeb em 14 anos melhorou a participação da União, aumentou o número de matrículas, possibilitou o piso do magistério, trouxe consequências positivas. Por isso, agora, chegou o momento de que, sendo uma política importante, que avançou, torná-la permanente. Acho que agora maturou um pouco mais para tornar-se permanente. Agora e não naquele momento em 2006 e 2007. É claro que para trabalhar essas questões financiamento, qualidade da educação e esse tema da participação social, foi fundamental a CONEB. Claro que participamos de tantas outras conferências e por que destacamos a CONEB e as edições da CONAE 2010/2014? Porque são conferências organizadas pelas entidades da sociedade civil e financiadas pelo poder público. Agora, quem chegou no debate depois de 2016, quem está aí mandando, acha que é jogar dinheiro fora, acha que trazer a participação social é desperdiçar recursos! O Brasil é um país continental e a participação social é fundamental para que essas políticas sejam construídas de fato, onde elas devem acontecer ou onde devem ser aplicadas. Então possibilita as ações das escolas dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal até chegar na União. Não queremos Ministério da Educação que impõe a política de cima para baixo. Queremos dizer em que condições precisamos atuar, o que precisamos para atuar e por isso que o custo aluno-qualidade é importante. Então alguém perguntou, por que o governo resiste tanto? Quem domina esse país é a elite do dinheiro, quem domina esse país é 1% da população, quem quer mandar nesse país são 58 bilionários que querem manter uma concentração brutal de renda em suas mãos. Portanto, apoiar o custo aluno-qualidade significa de fato, abrir a possibilidade de distribuir a riqueza em nosso país. Eles não querem. Este

é o motivo do desgoverno, Bolsonaro é totalmente contra e o Partido NOVO é contra. A leitura que estamos fazendo agora é que eles vão entrar com destaque para que o custo ALUNO-QUALIDADE não seja colocado dentro do Fundeb. É uma postura terrível contra os brasileiros que votaram nesse povo. Então, é muito importante também repetir, Márcia, nessa participação social, o nosso voto tem consequência, temos eleições municipais este ano. Precisamos prestar atenção nessas eleições municipais e saber escolher nossos representantes, mesmo com essa pandemia. Os números mostram que a Educação Básica pública representa 25% da população, somando estudante e trabalhadores, com as famílias dos trabalhadores aumenta esse número. Então observamos, quando olhamos para o Parlamento brasileiro e tentamos contar quantos trabalhadores da Educação Básica Pública lá. Só dois que passaram pela sala de aula da Educação Básica, só dois desse grupo quando deveria ser no mínimo 25%, no mínimo 138 parlamentares, para evitar o que está acontecendo. Falta comprometimento para poder aprovar essa política tão importante para o nosso povo. Esse governo Bolsonaro que não quer o Fundeb, o João Ferreira lembrou bem, terminou a reforma da Previdência, eles mandaram três PECs para o Congresso Nacional através do Senado chamado Plano Brasil, mas na verdade a PEC 188 objetiva fazer isso que o João falou, acabar com a vinculação de 25% da Educação e dos 15% da Saúde. Eles dizem que não é para acabar não, apenas querem fazer um orçamento flexível. Ora, se o prefeito tivesse o poder de pegar esse dinheiro da saúde e da educação e aplicasse onde lhe desse na telha, alguém acredita que nesse país vai sobrar dinheiro na saúde ou na educação? Tirar dinheiro dessas duas áreas carentes prejudicando o nosso povo! No fundo, a ideia deles é tirar de quem não tem, enquanto nós queremos taxar fortunas para poder salvar vidas, taxar fortunas para atuar em políticas públicas, por isso a grande esperança que você pede é nos juntar no Brasil Popular e Povo Sem Medo para

Não queremos Ministério da Educação que impõe a política de cima para baixo.

pressionar pela taxação de fortunas para salvar vidas. Juntos numa campanha pelo fim da Emenda Constitucional 95 que é um desastre para o nosso país. É ter essa força, essa alegria que temos como educadores e educadoras desse país. Para saber que é, sim, possível transformar este mundo em que nós estamos. Ele foi transformado por nossos pais, nossos avós e através dessa transformação melhoramos nossa qualidade de vida, essa qualidade está sendo maior após a geração dos nossos pais, nossos avós, e eu tenho a certeza de que vamos dar um mundo melhor, um Brasil melhor para gerações futuras com essa nossa luta e determinação. Nossa vontade de fazer o melhor participando, debatendo e lutando. Vamos lutar minha gente, vamos lá, vamos lutar.

... para pressionar pela taxação de fortunas para salvar vidas.

Márcia Angela Aguiar - Muito bom Heleno!

Queria dizer o seguinte: ministro a disciplina Política Educacional no Brasil, no Programa de Pós-graduação em Educação, na UFPE, e, hoje, vejo, presentes nesta live vários estudantes que se dedicam à investigação sobre o financiamento da educação, e que tiveram, com as presenças de Heleno e Alice e a participação de todos, uma aula exemplar sobre a dinâmica da política educacional no Brasil, nos tempos atuais. Estamos vivendo um período histórico de muito sofrimento, e tratar a política educacional significa refletir sobre os problemas maiores que o país enfrenta. O momento é de participação social e de defesa do direito à educação! Neste momento de encerramento do debate, agradeço a todas as pessoas que participam da live. Outras lives virão promovidas pelo Fórum Estadual de Educação de Pernambuco, em conjunto com a Universidade, Anpae, Anped, Anfope e tantas outras entidades e sindicatos, como o Sintepe, envolvidos na luta para preservar nossos direitos e conquistas. Temos também que reconhecer, especialmente, o papel de Heleno Araújo, como um dos valorosos representantes dos setores progressistas, nesse complexo embate que está sendo travado nacionalmente. A sua persistência,

coragem e disposição de luta deixam orgulhosos os seus contemporâneos do campo da educação, principalmente por tê-lo à frente do Fórum Nacional Popular de Educação, como também da CNTE, e em outras instâncias. Só as pessoas corajosas e com disposição de luta é que no momento atual podem se situar na vanguarda desses movimentos porque nos representam e somam conosco. Eu queria, assim, agradecer mais uma vez a Heleno e a Alice a participação e a vocês todos que estão conectados conosco. E, reiterar que o momento é de participação social e de defesa do direito à educação! Agradeço a Jefferson, por sua dedicação, e a Jônatas que quase não dorme com tantas lives (risos). Muito obrigada a todas as pessoas que assistiram e participaram deste debate.

O momento é de participação social e de defesa do direito à educação!

ANEXO I

Trajetória do novo Fundeb no Senado

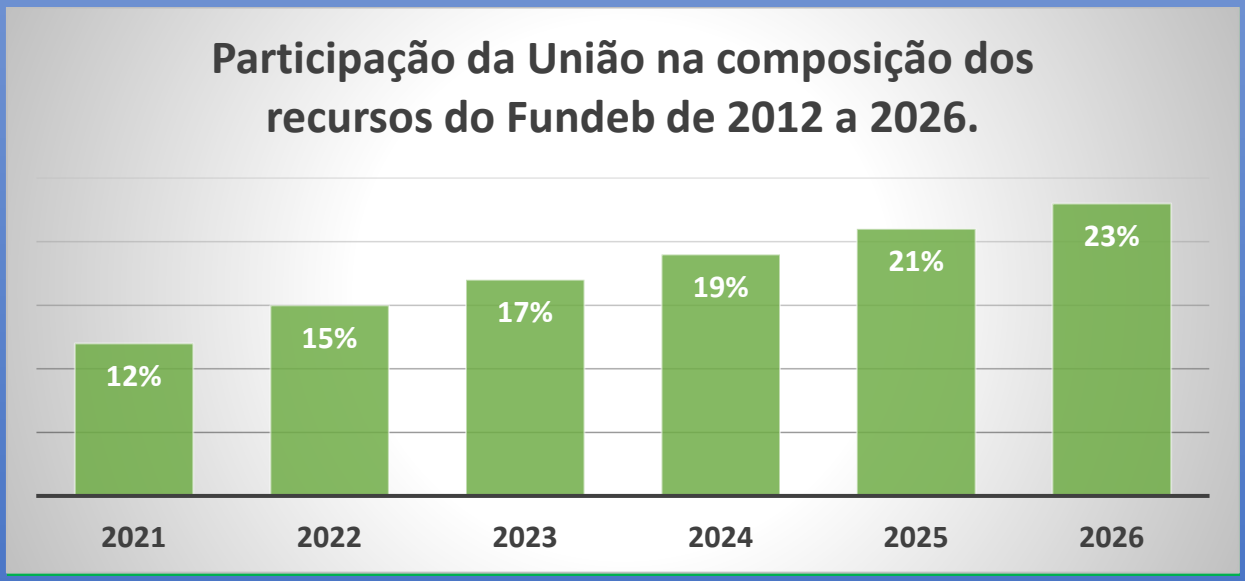
O novo Fundeb, aprovado por unanimidade nesta terça-feira (25 de agosto de 2020) por 79 senadores em dois turnos de votação, torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, aumenta seu alcance e amplia em 13 pontos percentuais os recursos destinados ao setor pela União. O texto será promulgado pelo Congresso Nacional nesta quarta-feira (26), às 11h, e se tornará a Emenda 108 da Constituição.

A PEC 26/2020 começou a tramitar pela Câmara dos Deputados como PEC 15/2015, tendo como primeira signatária a então deputada federal Raquel Muniz (PSD-MG) e como relatora a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO). No Senado, a matéria foi relatada pelo senador Flávio Arns (Rede-PR) e foi aprovada da forma como veio da Câmara, com o acréscimo de apenas uma emenda supressiva.

O relator, Senador Flávio Arns (Rede-PR) retirou o artigo que estabelecia o uso de parcela dos recursos da complementação da União ao Fundeb para escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Segundo o senador, já existe previsão constitucional nesse sentido.

O texto foi fruto de consenso entre os parlamentares e vem sendo debatido de forma sistemática desde o início de 2019. Foram apresentadas 9 emendas em tempo regimental no Senado, sendo que três foram retiradas. Todos os partidos apoiaram a aprovação da PEC no Senado.

Em 2019, o Fundeb distribuiu R$ 156,3 bilhões para a rede pública. Atualmente, garante dois terços dos recursos que os municípios investem em educação. Cerca de 90% dos recursos do Fundeb vêm de impostos coletados nos âmbitos estadual e municipal, e os outros 10% vêm do governo federal. Os repasses da União não entram no teto de gastos (Emenda Constitucional 95, de 2016).



A PEC torna permanente o Fundeb, que, pela legislação atual, acabaria no fim deste ano. Também aumenta dos atuais 10% para 23% a participação da União no Fundo. Essa participação será elevada de forma gradual: em 2021 começará com 12%; passando para 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; 21% em 2025; e 23% em 2026.

Os valores alocados pelo governo federal continuarão a ser distribuídos para os entes federativos que não alcançarem o valor anual mínimo aplicado por aluno na educação. Da mesma forma, o fundo continuará recebendo o equivalente a 20% dos impostos municipais e estaduais e das transferências constitucionais de parte dos tributos federais.

Os entes federativos deverão usar os recursos do Fundeb exclusivamente em sua atuação prioritária definida na Constituição: os municípios cuidam da educação infantil e do ensino fundamental; e os estados, do ensino fundamental e médio. Assim, o dinheiro não poderá ser

aplicado, por exemplo, em universidades, pois o ensino superior é de responsabilidade prioritária do governo federal.

Atual distribuição de recursos

Atualmente, o valor mínimo nacionalmente definido no Fundeb (valor anual por aluno – VAA) é calculado da seguinte forma: primeiro é estipulado o montante da complementação da União. O valor mínimo atual é de 10% do total dos fundos — a União tem repassado nos últimos anos apenas o valor mínimo.

Esse dinheiro é primeiramente destinado ao fundo de menor valor per capita até que esse valor se iguale ao de segundo menor valor; o restante da verba federal é, em seguida, destinado a esses dois fundos até que os valores se igualem ao terceiro menor fundo, e assim por diante – até o esgotamento dos recursos.

O VAA para 2020 foi estipulado em R$ 3.643,16. Essa fórmula de cálculo fez com que 9 estados recebessem complementação: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Modelo híbrido de distribuição

A PEC estabelece um modelo híbrido de distribuição entre os fundos. Os primeiros 10 pontos percentuais do dinheiro da União serão distribuídos como no cálculo atual de distribuição.

Outros 10,5 pontos percentuais da participação da União serão destinados às redes de ensino que não alcançarem um nível de investimento mínimo por aluno, considerando-se no cálculo desse valor mínimo não apenas os recursos do Fundeb (único critério existente hoje) mas a disponibilidade total de recursos vinculados à educação na respectiva rede

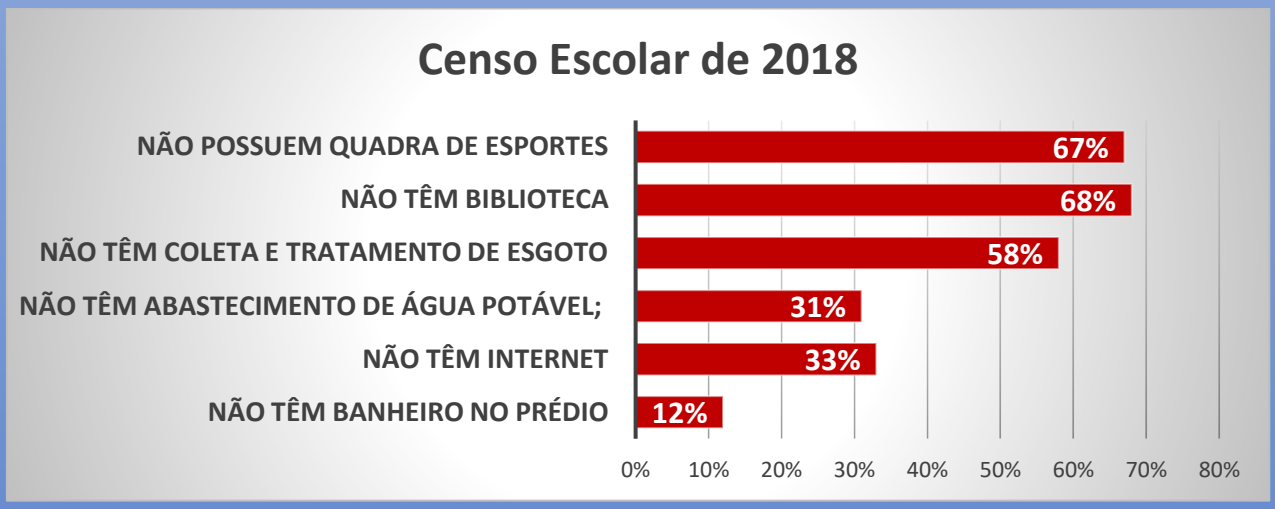
.Desses 10 pontos percentuais, pelo menos 5 pontos deverão ser destinados à educação básica — se for o caso, inclusive para escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas. A medida terá grande impacto, já que a educação infantil concentra a maior demanda não atendida pela rede pública no país.

Critérios de qualidade

Os outros 2,5 pontos percentuais de participação da União (totalizando os 23% da complementação deste ente) serão distribuídos às redes públicas que melhorarem a gestão educacional e seus indicadores de atendimento escolar e aprendizagem, com redução das desigualdades. Esses critérios ainda serão regulamentados por lei.

Melhoria em infraestrutur

A PEC prevê que, dentro da nova parcela da complementação federal, 15% desse dinheiro seja destinado para despesas de capital - para investimentos em infraestrutura, melhoria de equipamentos e instalações - e não somente gasto com despesas correntes.



Segundo dados do Censo Escolar 2018, 12% das escolas da rede pública não têm banheiro no prédio; 33% não têm internet; 31% não têm abastecimento de água potável; 58% não têm coleta e tratamento de esgoto; 68% não têm bibliotecas; e 67% não possuem quadra de esportes.

O Custo Aluno-Qualidade (CAQ), constante no Plano Nacional de Educação, será considerado como parâmetro para o padrão mínimo de qualidade do ensino. O relator, senador Flávio Arns, defende a adoção do CAQ como parâmetro: “Trata-se de inovação consentânea com os debates mais avançados em matéria de financiamento da educação, segundo os quais o critério básico para alocar os recursos deve ser o da garantia dos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem”, diz.

Valorização dos profissionais

Ainda dentro da nova parcela de complementação de recursos da União, no mínimo outros 70% serão destinados ao pagamento de salários dos profissionais da educação. Atualmente esse piso é de 60% e beneficia apenas professores.

Flávio Arns lembra que atualmente quase todas as redes de ensino já destinam esses 70% do fundo para os salários. A intenção da norma é preservar essa destinação.

Fundos Estaduais

A PEC prevê ainda que os entes federados, uma vez recebida a complementação da União, devam redistribuir os recursos entre suas unidades de ensino, para diminuir desigualdades no âmbito de uma mesma rede de ensino.

ICMS

A PEC também prevê que os estados aprovem legislação, no prazo de dois anos a partir de sua promulgação, para distribuir entre os municípios parte dos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade.

Atualmente os estados repassam parte do ICMS arrecadado (25%) às cidades. A PEC diminui o total repassado proporcionalmente às operações realizadas no território de cada município e aumenta o mesmo tanto no repasse que nova lei estadual deverá vincular às melhorias na educação.

Alterações na Constituição

A proposta altera ainda o artigo da Constituição que define os princípios do ensino, incluindo a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. Também foram incluídos os termos “a qualidade e a equidade” como metas a serem perseguidas pelos sistemas de ensino, atuando em regime de colaboração.

Rejeição das emendas

Flávio Arns rejeitou as emendas apresentadas no Senado ao alegar que elas podem ser abarcadas na regulamentação posterior da matéria (a chamada lei do Fundeb) e também para que o texto não tenha que voltar para análise da Câmara. “Tendo em vista que muitos desses temas suscitados serão mais adequadamente tratados na lei de regulamentação, e considerando também o risco de promovermos alterações que possam descaracterizar algumas das medidas veiculadas pela PEC, redundando no retorno da matéria à Casa iniciadora — com risco de expiração do prazo do atual Fundeb e prejuízo a todo o sistema público de ensino básico —, nos manifestamos pela manutenção do texto aprovado na Câmara dos Deputados”, afirmou.

Ele só acrescentou uma emenda de sua própria autoria ao texto excluindo o inciso 4 do artigo art. 212-A da Constituição (artigo novo proposto pela PEC). O texto permitia que parcela dos recursos da complementação da União ao Fundeb fosse dirigida a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Flávio Arns alega que tal distribuição já consta no artigo 213 da Constituição.

Para ele, os limites e o alcance dessa questão devem ser definidos na lei do Fundeb, sem a necessidade de qualquer acréscimo sobre esse tema no texto constitucional. “Assim, evitamos insegurança jurídica quanto à possibilidade de interpretações diversas sobre o assunto, e prevenimos que haja dispositivo prescindível na Carta Magna”, defendeu.

Importância do Fundeb

O senador ressalta a atual importância do Fundeb: “Trata-se de um dos principais instrumentos de redistribuição de recursos do país, realocando valores no âmbito de cada estado, entre o governo estadual e as prefeituras, para tornar o sistema educacional mais equitativo e menos desigual”.

O Fundeb atualmente representa 63% do investimento público em educação básica. Ele diz que, se o fundo não existisse, estima-se que os valores mínimos de aplicação em educação girariam em torno de R$ 500 por aluno/ano nos municípios mais pobres do Brasil. Com o Fundeb atual esse investimento é de cerca de R$ 3.600.

Com a PEC, estima-se que esse valor aumente cerca de 50% até 2026, passando para cerca de R$ 5.500.

De acordo com Arns, o Fundeb, cujo principal mérito já é a distribuição regional de recursos, será ainda mais equitativo com a PEC: “Esse modelo permitirá maior capilaridade na distribuição dos recursos, fazendo com que eles cheguem às redes de ensino que mais necessitam, independentemente do estado da Federação onde elas se encontrem”.

Ele cita estudo realizado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados que aponta que a adoção desse novo critério trará aumento estimado, até 2026, de 54% das redes de ensino beneficiadas pela complementação da União (que

passarão a ser 2.618 em comparação com cerca de 1.700 redes hoje atendidas). O número de alunos contemplados pelo aporte federal subirá para 17,5 milhões. Essa ampliação da cobertura beneficiará estudantes de redes de 24 estados da Federação, 15 a mais do que os 9 estados abarcados atualmente.

De acordo com o senador, o “novo Fundeb” traz a inovação “de criar um mecanismo de distribuição dos recursos já vinculados à educação, a partir do número de matrículas efetivadas na rede estadual e nas redes municipais, de modo que o recurso vá para onde o aluno está”.

— Cuidemos de nossas crianças, cuidemos de nosso futuro, instituindo um novo Fundeb permanente, financeiramente robusto e com um compromisso solidário dos três níveis federativos no sentido de garantir educação de qualidade a todos — disse Arns.

Financiamento

A cesta de recursos do Fundeb é composta de 20% das receitas provenientes das seguintes fontes, as quais foram mantidas pela PEC: Fundo de Participação dos Estados (FPE);

- Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp);
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD);
- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
- e cota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios.

Ficam de fora do fundo 5% dos referidos impostos e transferências, embora continuem vinculados à educação, além de 25% dos impostos municipais próprios (Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto sobre Serviços (ISS), bem como o Imposto de Renda retido na fonte de servidores públicos estaduais e municipais.

Proposta de Emenda à Constituição

Uma PEC pode ser apresentada pelo presidente da República, por um terço dos deputados federais ou dos senadores ou por mais da metade das assembleias legislativas, desde que cada uma delas se manifeste pela maioria relativa de seus componentes. Não podem ser apresentadas PECs para suprimir as chamadas cláusulas pétreas da Constituição (forma federativa de Estado; voto direto, secreto, universal e periódico; separação dos poderes e direitos e garantias individuais).

A PEC é discutida e votada em dois turnos, em cada Casa do Congresso, e é aprovada se obtiver, na Câmara e no Senado, três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49) em cada turno.

Maior parte do repasse federal para o Fundeb dependerá de crédito extra em 2021 e a liberação de R$ 14,4 bi ao Fundeb dependerá da aprovação de um projeto que permita contornar a chamada "regra de ouro" (proíbe que o governo se endivide para pagar despesas cotidianas, como folha salarial, programas sociais e manutenção de órgãos públicos. A regra de ouro só poderá ser contornada com autorização do Congresso Nacional.

Créditos - Esse anexo foi construído com informações extraídas da Agência Senado.

ANEXO II

CNTE Brasil CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Governo Bolsonaro rebaixa o custo aluno do Fundeb em 2020 e reforça a política de caos na educação brasileira a partir de 2021

A publicação da Portaria Interministerial nº 3, de 25 de novembro de 2020, que reduziu o valor anual mínimo por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, neste ano de 2020, mantém a trajetória negacionista do governo Bolsonaro diante da crise do coronavírus no Brasil, e projeta junto com outras medidas de arrocho fiscal a inevitável (e arquitetada) desestruturação da escola pública brasileira, a partir de 2021. Neste momento, o governo federal atua para se vingar da derrota sofrida na aprovação da Emenda Constitucional nº 108, que instituiu o Fundeb permanente, porém sua irresponsabilidade afeta não apenas a escola pública, como também grande parte dos estados e municípios do Brasil, que serão afetados imensuravelmente com desequilíbrios orçamentários.

Para além desse ajuste imposto ao Fundeb – num momento delicado da conjuntura política, social e econômica –, a gestão Bolsonaro também contingenciou mais de 90% dos recursos do MEC destinados à educação básica em 2020 (exceto a complementação obrigatória ao Fundo da Educação Básica), e propôs no orçamento

federal para 2021 a supressão de cerca de outros R$ 5 bilhões originalmente vinculados ao MEC. O governo ainda vetou os dispositivos da Lei 14.040, que destinavam recursos do “Orçamento de Guerra” da União para financiar as redes escolares estaduais e municipais durante e após a pandemia da Covid-19, e tem atuado para desconfigurar os objetivos do novo Fundeb permanente durante a tramitação da futura Lei de regulamentação no Congresso Nacional. Os ataques à saúde não ficam para trás, tendo recentemente lançado um balão de ensaio para privatizar o SUS.

Não bastassem os ataques acima elencados, o governo Bolsonaro mantém a política antissistêmica de enfrentamento da crise sanitária nas escolas; impede a aprovação de projetos de lei no Congresso que pretendem incluir recursos da União no financiamento educacional para superar os efeitos da pandemia (PL 3.165/20 e outros); apoia a abjeta proposta parlamentar (prestes a ser protocolada) que visa flexibilizar o cumprimento da vinculação mínima constitucional à educação, em 2020; insiste em pautar a desvinculação permanente, total ou parcial, dos recursos constitucionais destinados à educação, colocando em risco o próprio Fundeb; volta-se diuturnamente contra o aumento dos recursos financeiros para a educação pública, seja promovendo contingenciamentos e cortes orçamentários, seja compensando o acréscimo previsto com o novo Fundeb através de cortes em outras rubricas educacionais, ou mesmo propondo revogar por completo o Fundo Social do Pré-sal e a Lei 12.858, que reservam recursos para a educação, saúde e outras políticas sociais

Na contramão de políticas que possam alavancar a economia, o emprego e a renda no Brasil, num momento em que o desemprego atinge taxas recordes (14,6%) e a

inflação solapa a renda dos/as trabalhadores (24,5% a.a, IGP-M/FGV), o governo encaminhou ao Congresso Nacional projeto de reforma administrativa para diminuir postos de trabalho no setor público, privilegiando poucas carreiras “típicas de Estado” e apontando para ampla privatização de políticas essências como saúde e educação. No primeiro semestre os servidores públicos já tinham sido vítimas de outra ação insana de Bolsonaro/Guedes, respaldada pela aprovação da Lei Complementar nº 173, a qual congelou as progressões nas carreiras dos servidores públicos das três esferas até dezembro de 2021. O ultraliberalismo inconsequente de Bolsonato e Guedes não tem limites e coloca em risco, dia a dia, a sociedade brasileira. A pandemia e a fragilização das políticas públicas são prova disso, além de tantas outras irresponsabilidades cometidas contra o meio ambiente e a vida de centenas de milhares de brasileiros mortos pela Covid-19, intitulada de “gripezinha” pelo chefe de Estado do país.

Em relação aos efeitos práticos da Portaria Interministerial n° 3/2020, destacam-se dois pontos cruciais:

1. Todos os municípios brasileiros que recebem complementação estadual do Fundeb e os entes públicos (estados e municípios) que recebem complementação federal terão que devolver parte dos recursos recebidos desde janeiro de 2020. Embora o lapso temporal seja contestável à luz de princípios do direito financeiro e de legislações orçamentárias, o prejuízo será inevitável e poderá gerar colapso em várias redes de ensino. Nem mesmo a expectativa de ganho com o percentual extra de 2% da complementação da União para 2021 será capaz de suprir as perdas com a presente redução de

8,7% no custo aluno ano do Fundeb 2020. E soma-se a esse cenário trágico a redução das receitas tributárias nos estados, DF e municípios e a relutância da União em repassar recursos extras para financiar a educação em todo o território nacional. Ou seja: ao invés de ajudar os entes subnacionais no momento da pandemia, o governo federal impõe mais uma grave restrição orçamentária às administrações públicas, que certamente não conseguirão reabrir as escolas, quiçá honrar os compromissos salariais com seus servidores públicos. Trata-se de uma conjuntura de caos fiscal e social motivada pela ingerência da União sobre o Fundeb, especialmente por não ter observado os prazos e condições previstos no art. 6º c/c art. 4º da Lei 11.494, fato que enseja gravíssimo crime de responsabilidade!

2. O piso salarial do magistério, que tinha atualização prevista na ordem de 5,9% para 2021, agora terá reajuste zero no ano que vem. E essa tendência de anular os ganhos salariais dos/as professores/as brasileiros/as segue na mesma direção da LC 173/2019. Caso a referida Portaria não seja revogada ou o Congresso não reveja a política de reajuste do Piso (fixando, por exemplo, o INPC + percentual de ganho real), será a primeira vez na história do Fundeb que os docentes da educação básica pública ficarão sem acréscimos em seus vencimentos, historicamente defasados sobretudo em comparação a outras profissões ou mesmo a docentes de outros países, conforme apontam as pesquisas da OCDE.

Diante da gravidade desse cenário irresponsável criado pelo governo Bolsonaro, a CNTE requer do parlamento brasileiro a aprovação de medidas que sustem imediatamente os efeitos da Portaria nº 3/2020, impedindo que maiores absurdos

sejam cometidos contra a educação brasileira e seus profissionais. É preciso assegurar os recursos públicos suficientes para garantir educação de qualidade a todos/as, especialmente aos filhos e filhas da classe trabalhadora e aos/às próprios/as trabalhadores/as.

Outra ação urgente que compete ao parlamento refere-se à aprovação da lei de regulamentação do Fundeb permanente, que precisa assegurar expressamente a recepção da Lei 11.738 (piso salarial do magistério) até que outro dispositivo de valorização seja assegurado aos profissionais da educação. Essa medida é essencial para evitar quaisquer manobras com vistas a colocar em dúvida a vigência da Lei do Piso, em 2021, e/ou atrasar sua execução que deve ser perene.

A educação e seus profissionais precisam ser respeitados!

Sem trabalhador/a valorizado/a não se constrói educação de qualidade!

Brasília, 27 de novembro de 2020

Diretoria da CNTE

ANEXO III

NOTA PÚBLICA #REGULAMENTA FUNDEB

Com efetiva valorização da educação pública e seus profissionais da educação e sem sangria e repasse público de recursos públicos para o setor privado e terceirizações

O Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) – composto por 40 entidades nacionais do campo educacional, reitera sua preocupação com o texto substitutivo ao Projeto de Lei nº4.372/20, que trata da regulamentação do Fundeb permanente, apresentado pelo Deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) na tarde do dia 08/12.

O texto mantém os principais pontos que suscitam críticas das entidades nacionais representativas. O relatório, entre outros aspectos:

a) aprofunda a possibilidade de conveniamento com o “Sistema S” (serviços nacionais de aprendizagem) na educação básica,

com cômputo de dupla matrícula, sem quaisquer garantias de universalidade e gratuidade;

b) amplia a possibilidade de remuneração de outros profissionais com tais recursos, que não os profissionais da educação definidos no art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sinalizando para dificuldades adicionais para garantir,
sequer, o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério;

c) restringe a distribuição de recursos pelo Modelo VAAR a uma estreita concepção de desempenho na aprendizagem (exames nacionais anuais) e ao alinhamento de referências curriculares à BNCC, desconhecendo um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, promovendo uma lógica equivocada de dar mais recursos a quem tem melhores resultados, ampliando desigualdades;

d) não delineia critérios de equidade que, realmente, enfrentem desigualdades e promovam a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade (por exemplo considerando indicadores de desigualdade educacional racial de cada rede estadual
e municipal na distribuição de recursos), não priorizando que as modalidades de complementação sejam destinadas prioritariamente para os entes que se comprometam a ampliar o atendimento, tendo como referência as metas do PNE;

e) reforça uma concepção de escolha de diretores escolares na base restrita de mérito e desempenho confrontando-se com o princípio constitucional da gestão democrática da educação;

f) amplia a concepção de função redistributiva, sem qualquer restrição, o que pode permitir a contratação de pessoal, serviços educacionais de consultoria e assessoramento, de formação

continuada, de material didático, de avaliação, de terceirização de serviços diretamente pelas escolas, fortalecendo as possibilidades de voucher e gestão por organizações sociais, dentre outras;

g) não enfrenta o tema dos fatores de ponderação baseados em custos que degradam a qualidade mantendo, por exemplo em relação à EJA, uma lógica que tem contribuído para a redução das matrículas e a negação do direito para com os milhões de jovens, adultos e idosos que não possuem a educação básica completa;

h) não fortalece a participação da sociedade nos conselhos, incluindo o de controle e deliberação sobre financiamento;

i) estabelece exigências relativas às Escolas Famílias Agrícolas que podem dificultar a oferta diferenciada para a educação campo;

j) se esquiva da previsão do Custo Aluno Qualidade, já consagrado no nosso arcabouço jurídico, e da necessária agenda de regulamentação do CAQ, optando pela tese dos recursos disponíveis em detrimento dos recursos necessários Manifestamos, portanto, nossa indignação com a ampliação da drenagem de recursos públicos, em suas múltiplas expressões, vinculada à terceirização, parcerias público-privadas e privatização, proposta no relatório Rigoni. O relatório faz uma clara opção pela privatização e terceirização da educação básica pública, quando não há qualquer evidência empírica e na literatura de que a opção privada é melhor que a pública. Poderia, por exemplo, propor modulação de ajuste dos resultados por nível sócio econômico em relação ao desempenho da escola pública, em geral melhor.

É imperioso que os/as parlamentares, especialmente o Relator, modifiquem o texto apresentado para que o Fundeb cumpra sua função de melhorar e democratizar a escola pública, com gestão pública, para a materialização efetiva do CAQ e valorização do conjunto dos profissionais da educação básica pública. Por tal razão, o FNPE e suas entidades seguem mobilizados para enfrentar retrocessos na regulamentação do Fundeb.

Em defesa da vida, da democracia e dos recursos públicos para a educação pública (com gestão pública), para a materialização efetiva do CAQ e a valorização dos profissionais da educação! Rumo à Conape 2022!

09/12/2020

FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO

ANEXO IV

OS DEBATEDORES

Márcia Angela da Silva Aguiar

Graduada em Pedagogia (licenciatura e bacharelato) pela Universidade Federal de Pernambuco, mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2000). Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco atua no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Curso de Pedagogia (campus Recife) e coordena o Observatório de Política e Gestão da Educação (OBSERVA). Integra a Linha de Pesquisa Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação e é líder do grupo de pesquisa Políticas Públicas. Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal de Goiás, junto ao grupo de pesquisa Nedesc, Foi Diretora do Departamento de Educação da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), professora da Educação Básica e Diretora de Planejamento da Secretaria de Educação de Pernambuco. Foi presidenta da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE - 2002-2004), Coordenadora do Grupo de Trabalho " Estado e Política Educacional" (Anped GT05 - 1992-1993; 2001-2004), Vice-Presidenta (1993/1995) e Presidenta (2005/2009) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)1992-1993. Foi presidenta da Associação Nacional de Política e Administração

da Educação (ANPAE - 2011/2013) e Conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (2014-2018). Coordenou a Comissão de Especialistas de Pedagogia e várias Comissões de Avaliação de Cursos da SESu/MEC. Atualmente é Diretora de Cooperação Internacional da ANPAE, Vice-Presidenta da Assembleia-Geral do Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES), Coordenadora do Fórum Estadual de Educação de Pernambuco e integra as seguintes redes de pesquisadores: Rede de Cooperação Científico-Acadêmica de Educação Superior (REDE CAES), Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos em Política Educativa (RelePe), Forum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES). Integra comitê e conselho editorial de vários periódicos científicos, entre os quais: Educação e Sociedade, Retratos da Escola, Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Linhas Críticas, Revista FORGES. Desenvolve estudos e pesquisas na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, principalmente nos seguintes temas: política educacional, formação de profissionais da educação, gestão da educação e educação superior.

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho

Possui graduação em Ciências Físicas e Biológicas pelo Fundação de Ensino Superior de Olinda (1990). Atualmente é Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE[3], Diretor de Assuntos Educacionais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco, Professor da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, professor da Secretaria Municipal de Educação de Paulista, Coordenador do

[3] A CNTE representa cerca de 4 milhões de trabalhadores/as da educação básica oferecida em estabelecimentos públicos. A CNTE possui 50 sindicatos filiados em todo o país.

Fórum Nacional de Educação - FNE (2014-2016)[4], Membro da Coordenação do Fórum Nacional Popular de Educação - FNPE[5], Conselheiro da Internacional da Educação para a América Latina.

Alice Miriam Happ Botler

Cursou graduação em Pedagogia (1986), mestrado em Educação na área de Política e Planejamento Educacional (1992), doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Desenvolveu pesquisa comparativa de pós-doutorado na Ontário Institute of Studies in Education na University of Toronto (2009-2010), em que focalizou a gestão escolar e estudantes em situação de risco nos sistemas educacionais brasileiro e canadense. Fez estágio na Fundação Carlos Chagas (2016) e pós-doutorado sênior na Faculdade de Educação da USP com pesquisa a respeito de justiça e escola justa (2017-2018). Desenvolve pesquisas junto a linha de Política Educacional e Gestão Escolar com abordagem sociológico-filosófica da organização escolar coletiva. Tem experiência nas áreas de Educação e Sociologia, com ênfase em Gestão e Planejamento Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão escolar, ética, justiça e violência em educação, formação de gestores e ensino de pedagogia. É professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Curso de Pedagogia e ao Programa de pós-graduação em Educação, tendo atuado na Coordenação do Curso de Pedagogia nos anos de 2006 e 2007 e na coordenação do programa de pós-graduação em educação da UFPE de 2009 a 2011 e de 2020 a 2022. É líder do Grupo de Pesquisa

[4] O FNE foi um Fórum legitimamente constituído por um conjunto de entidades e com o Ministério da Educação organizou a CONAE 2014. Ele foi criado por uma portaria ministerial de 2010 e instituído pela Lei 13.005/2014.

[5] O FNPE tem a incumbência de organizar a Conferência Nacional Popular de Educação. Ele foi criado após a Portaria 577/2017 que alterou a composição original do FNE.

Estudo das Organizações Educativas. Foi editora associada da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE no período de 2012 a 2015 e é membro da Comissão da Área de Educação na CAPES desde 2011. Coordenou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) da UFPE/CAPES entre 2013 e 2018. Atua em rede com a REDISCO - Religions, discriminations et racisme en milieu scolaire da Universidade Lumière Lyon 2, França e REPLAG - Rede de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão Educacional. Bolsista CNPq

ANEXO V

1 - Card original da live que originou este e-book

2 - Card divulgado pelo Fórum Estadual de Educação de Pernambuco na luta para manter os recursos do Fundeb na escola pública

3 - Card divulgado pela Anpae na campanha junto ao Senado Federal

Finalmente, a vitória! Após uma longa batalha contra a proposta do governo Jair Bolsonaro de drenar recursos públicos do Fundeb para o setor privado, esta foi definitivamente derrotada. No dia 17 de dezembro de 2020, em plena pandemia COVID-19, o Fundeb foi, finalmente, votado no seu formato original e aprovado sem os desvios de recursos para os segmentos privados. Nessa luta, de um lado, a base de apoio do Presidente Bolsonaro, os privatistas, os

reacionários, do outro lado, os partidos de centro esquerda e da esquerda, deputados independentes, todos que defendem a educação pública, sindicatos, associações científicas, organizações sociais, entidades estudantis e a opinião pública. A vitória foi do povo brasileiro!